

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE  
CURSO DE PSICOLOGIA

GUILHERME ALEIXO SANDRIN

CONTRADIÇÕES NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: MODOS DE  
PRODUÇÕES ATUAIS E RELAÇÕES PRECÁRIAS DE TRABALHO

SÃO PAULO

2015

GUILHERME ALEIXO SANDRIN

CONTRADIÇÕES NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: MODOS DE  
PRODUÇÕES ATUAIS E RELAÇÕES PRECÁRIAS DE  
TRABALHO

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado, como exigência parcial  
para graduação no curso de  
Psicologia, sob a orientação da  
Profa. Dra. Cecilia Pescatore Alves.

SÃO PAULO  
2015

## RESUMO

SANDRIN, Guilherme Aleixo. *Contradições no Agronegócio Brasileiro: Modos de Produções Atuais e Relações Precárias de Trabalho*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso da Psicologia – Pontifícia Universidade de São Paulo. Centro das Ciências Humanas e da Saúde. São Paulo, 2015.

O presente trabalho teve como objetivo verificar as condições de trabalho vivido por trabalhadores no agronegócio brasileiro. A problematização que orientou o debate se configurou a partir da contraposição entre realidades presentes nesta forma de exploração da terra agropecuária: De um lado um moderno complexo e do outro, condições análogas ao da escravidão. A investigação se pautou por uma revisão bibliográfica de oito artigos, uma tese e uma dissertação que colocam em questão o modelo hegemônico do agronegócio que tem expandido suas fronteiras. O material de análise foi selecionado a partir das palavras chaves: agronegócio, saúde do trabalhador, políticas públicas e SUS na base de dados LILACS e considerou-se como critério de busca o período de 2009 a 2014. A análise foi elaborada com a discussão das categorias emergentes nos artigos escolhidos: Modelo proposto de agronegócio; uso do agrotóxico; condições dos trabalhadores; relações trabalho/moradia; saúde e trabalho rural; sem opções; políticas públicas em saúde e agronegócio. A leitura do material colhido identificou que, a realidade vivida por muitos trabalhadores que falam em “sobrevivência” e vende sua força de trabalho a esta forma de exploração, deixam de lado sua própria produção por falta de incentivos. Observou-se ainda, a precariedade acentuada nas relações em condições de subcidadania vivida por estes trabalhadores que produzem (soja, carne, etanol), destaque no mercado nacional e internacional, e suas vidas se constituem a margem desse processo perdendo direitos, como o de atenção à saúde em um ambiente marcado por agravos aos direitos à saúde e a condição humana.

Palavras-chave: agronegócio; políticas públicas; trabalho, saúde do trabalhador rural.

## SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO.....	4
II – OBJETIVOS.....	11
III – METODOLOGIA.....	12
IV – DISCUSSÃO E ANÁLISE.....	14
V – CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
VI – REFERÊNCIAS.....	44

## I. INTRODUÇÃO

Nos dias 28 de abril a 02 de maio ocorreu, como ocorre todos os anos em Ribeirão Preto, a 21ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação, mais conhecida como Agrishow. Nesta edição o faturamento, segundo o site da Rede Globo G1, foi de 2,6 bilhões de reais em transações. Número este que ainda não é oficial, se trata de uma expectativa, porém, o valor oficial de faturamento da edição passada, é bem semelhante a este. Como diz o próprio site da feira, essa é considerada uma das maiores feiras de tecnologia agrícola do mundo. Além disso, ainda segundo informações do site, está localizada na cidade que é considerada a capital do agrobusiness brasileiro.

A cidade de Ribeirão Preto se destaca, cada vez mais, com essa condição de capital agrícola do Brasil, nacional e internacionalmente. Possui universidades de renome, como é o caso da USP, que tem um enorme campus localizado na cidade. O renome internacional pode ser observado ao analisar dados obtidos pelo site da Agrishow no qual são colocados alguns dados oficiais obtidos da edição do ano de 2013. O número de visitantes, por exemplo, chegou a 150.000 pessoas de 67 países; além disso, foram 35 novas empresas a expor seus produtos. Esses poucos dados de uma grande feira que está em sua 21ª edição, são colocados aqui para ilustrar a grande importância do agronegócio no Brasil. A força do mesmo tem sido, cada vez mais, destaque internacional, gerando muitas riquezas. O agronegócio para, melhor compreensão, abrange agricultura, comércio, indústria e finanças. O movimento desse complexo e suas políticas desenvolvem um modelo controlado por transnacionais que controlam uma ou mais commodities e atuam em diversos setores da economia. (FERNANDES, 2008).

Entretanto, se opondo a esse moderno e amplo mercado proporcionado pela feira existe ainda uma realidade arcaica que nos remete a era colonial do Brasil, no dia 12/09/2014 é lançada na mídia(G1) a notícia de que 9 trabalhadores na região de Bauru, cidade no interior paulista, foram libertados de sua condição análoga à de escravos. A maioria desses 9 trabalhadores recebiam cinquenta reais por dia de trabalho, destes 50 eram descontadas bebidas alcoólicas,

cigarros, drogas ilícitas. O que sobrava em média quinze reais por dia para cada trabalhador. Um dos empregados trabalhava há mais de 22 anos na fazenda e nesse período nunca teve carteira assinada. A fazenda que produzia cana de açúcar era arrendada a um terceiro, esse que contratou um meeiro(Gato) responsável pelos trabalhadores.

No Brasil, historicamente, a produção canavieira vem aliada com progresso e se apresenta para muitos trabalhadores como realidade inquestionável, canaviais aliam enriquecimento a uma possibilidade de uma energia limpa e renovável, não somente nos canaviais mais em outros setores a qual o agronegócio abrange o que é vivido pelos trabalhadores não é enfatizado, oculta – se as realidades, pois, são refletidas a partir de um olhar externo e não por eles mesmos. O fazer histórico do ser social é o trabalho, o trabalho produz história e constrói o social reescrevendo e reinventando incessantemente a vida humana. (Silva, 2014)

O Art. 149 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40, datado no dia 07 de dezembro de 1940 enquadra como crime submeter alguém a condição análoga a de escravo:

Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003).

Existem então, duas realidades vividas no que se refere a desenvolvimento econômico. De um lado, um moderno e amplo setor industrial de outro um arcaico e precário modelo que se assemelha ao da era colonial, o moderno veio para o desenvolvimento do capital e não para a melhoria da condição do trabalhador, que ainda sofre com precárias condições de trabalho. O atual modelo de desenvolvimento proposto pelo agronegócio veio para suprir a demanda internacional, seja ela no setor alimentício, ou no caso da cana de açúcar o etanol, este último colocado agora como fonte sustentável de energia.

Segundo Alves (2007), em seu texto “Migração de trabalhadores rurais do maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo”, afirma que desde 1960, com o boicote dos estados unidos a Cuba, o Brasil passou a ser o principal fornecedor de açúcar aos Estados Unidos. Aberta essa possibilidade de desenvolvimento econômico, passaram a existir políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do mercado no plantio da cana. Modernizações passam a existir no campo e, pela primeira vez, acreditou-se em um desenvolvimento moderno no que se refere ao trabalho no campo.

Na região de São Paulo, o embargo americano a Cuba possibilitou transformações significativas na produção do setor. Segundo Novaes (1993) a partir do momento em que há o embargo econômico americano ao mercado cubano, pela primeira vez a produção de cana de açúcar em São Paulo supera a produção do nordeste, historicamente, a região que mais produzia.

Posteriormente, na década de 1970, Alves (2007), afirma que com os avanços tecnológicos obtidos por políticas voltadas para a produção de cana de açúcar, em São Paulo, as usinas aumentam sua produção. O Brasil passa por um grande desenvolvimento econômico, segundo o governo militar, conhecido como milagre econômico. Entretanto, é também nesse momento que o setor canavieiro passa por dificuldades, pois apesar de sua modernização, suas estruturas permaneceram arcaicas. Sua mecanização, que ajudaria os processos de expansão da área plantada, se deu somente no plantio e na preparação de solo. O corte e o recolhimento da cana ainda eram manuais. Com a necessidade de um aumento na produção mais força de trabalho foi requerida.

Na década de 1970, por necessidades de aumento da produção e de expansão do plantio de cana de açúcar, o governo Militar implantou o Proálcool. Desta forma, o açúcar não era mais o único produto da cana, o álcool (etanol) fora incorporado à matriz energética do Brasil, necessitando, segundo Alves, ainda mais de força de trabalho.

Com essas novas formas de produção agrícola a exemplo do plantio da cana, a agricultura familiar vem perdendo espaço. Segundo o site da EMBRAPA esse

tipo de agricultura corresponde a 38% do total da produção rural contra 62% do agronegócio. Logo, trabalhadores rurais que tinham sua vida voltada para a agricultura familiar, passam por transformações em sua rotina de trabalho e em sua cultura, a migração em busca de trabalho no corte de cana, principalmente para São Paulo onde, ainda no site da EMBRAPA a participação da agricultura familiar é de apenas 16% do total da produção, abandonam sua pequena produção para trabalhar para a grande empresa do agronegócio.

Essas famílias vão a busca de uma vida mais digna e um trabalho menos penoso, ideia esta que era sustentada pela notícia do milagre econômico. No entanto se deparam com um trabalho ainda mais penoso e sem dignidade. Uma produção onde o arcaico não havia sido substituído pelo moderno e os processos ainda eram os mesmos, entretanto (no caso a monocultura canavieira) agora tínhamos também o etanol, como produto de vital importância para a produção de energia no país. Dados a partir do Censo agropecuário de 2006. (Banco do Brasil, 2006)

Existem duas possibilidades para o trabalho rural no atual modelo econômico proposto no Brasil, de um lado o agronegócio de outro a agricultura familiar que vem perdendo espaço para os grandes produtores e para o agronegócio. Esse último que é sustentado por um modelo de progresso e desenvolvimento econômico. No interior paulista onde a paisagem é tomada por verdadeiros mares de cana temos duas realidades exemplificadas com notícias recentes, de um lado uma moderna feira reconhecida internacionalmente e de outro trabalhadores em situações análogas ao da escravidão<sup>1</sup>.

O trabalhador do agronegócio tem como instrumento de trabalho sua força, em um ambiente marcado por denúncias de escravidão, demandas altíssimas para suprir o mercado internacional, alta rotatividade de mão de obra, relações de trabalho fragilizadas, exposição aos agrotóxicos, condições insalubres de moradia, de alimentação, ou seja, um ambiente desfavorável para a realização humana que se obtém através do trabalho.

---

<sup>1</sup> (www.g1.globo.com)

A partir das considerações arroladas e ao considerar que o estado é regido pela lógica neoliberal na qual o agronegócio se insere configura-se a problematização desta pesquisa: que ações tem sido apresentadas voltadas para a promoção de saúde em um ambiente marcado pela violência social que atinge os trabalhadores do agronegócio? Em que direção o estado cumpre seu papel de garantir direitos aos trabalhadores? Qual sentido dado ao trabalho pelos trabalhadores do agronegócio?

Segundo Ianni (1979):

Na lógica do modelo de economia aberta estava tanto a ênfase na exportação de produtos industrializados, de base não-agrícola, como a exportação de produtos de origem agrícola industrializados ou não. Daí o empenho dos governos em impulsionar toda produção exportável. Ao mesmo tempo que o poder público foi levado a favorecer e incentivar a produção e exportação do setor secundário, também favoreceu e incentivou produção e exportação do setor primário. Tratava-se e trata-se de produzir divisas para criar capacidade de importar tecnologia, insumos industriais e know how, para produzir, para exportar, para criar a capacidade de importar e assim por diante. A acumulação capitalista, acompanhada de um intenso processo de concentração e centralização do capital, estava baseada num mercado interno restrito e num mercado externo em expansão (p. 37).

A partir dessa citação e do que já foi tratado anteriormente, vemos que o modelo de produção agrícola proposto no Brasil é baseado na acumulação de capital e produzir para exportar, de um lado está o progresso sustentado pelo agronegócio de outro está o trabalhador, que está a margem desse processo, em condições cada vez mais precárias de trabalho. Acrescentam-se aqui as considerações de Heloani(2003) ao afirmar que saúde mental não se restringiria apenas no aparecimento de um sintoma ou cura desse, saúde mental seria garantir esforços e recursos que possam melhorar a qualidade de vida do trabalhador podendo assim possibilitar a transformação de uma realidade.

Na medida em que o proposto por Heloani(1994) faz condiz com o conceito proposto pelo SUS, que é o de promoção de saúde. Tal proposição sustenta o questionamento das políticas públicas voltadas para o trabalhador do agronegócio.

O sistema de saúde pública brasileiro se baseia em atenção primária, ou seja, esse nível de atenção é conhecido como “porta de entrada “dos usuários do sistema de saúde. O objetivo da atenção primária é de orientar sobre prevenção de doenças, solucionar possíveis agravos de saúde e direcionar os mais graves para atendimentos superiores em complexidade (PenseSus)

A partir do conceito de atenção básica na saúde, justifica-se a discussão aqui apresentada sobre as políticas públicas desenvolvidas para o trabalhador, mais especificamente para o trabalhador rural do agronegócio. Se por um lado existe um moderno e complexo setor agroexportador, de outro temos denúncias de trabalhos análogos ao de escravidão. Porém, isso se evidencia apesar de um sistema de saúde que se baseia em atenção primária de saúde, que visa ser a porta de entrada do usuário do sistema público de saúde. O SUS está fundamentado na concepção de saúde apresentada na carta de Ottawa na qual diz:

Promoção da saúde é o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. A saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver. Nesse sentido, a saúde é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Assim, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global. (CARTA DE OTTAWA, 1986, p. 1)

Entendido o que é promoção de saúde, podemos pensar o seu papel dentro do SUS, além de ser um norteador para suas ações, vemos que a por saúde não se entende apenas doença mas sim todo ambiente em que está inserido uma população e como pode ser feito ações para melhorar as condições de vida das pessoas e que também essas tem papel fundamental para melhoras as ações de saúde para a comunidade. Nesse sentido, também podemos dizer, que as

ações em saúde não são feitas como o modelo tradicional de queixa-conduta, onde o usuário não participa das ações de saúde.

Ainda no projeto do SUS verificamos que um dos seus princípios básicos é o de equidade no qual se diz:

Equidade é um dos princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde (SUS) e tem relação direta com os conceitos de igualdade e de justiça. No âmbito do sistema nacional de saúde, se evidencia, por exemplo, no atendimento aos indivíduos de acordo com suas necessidades, oferecendo mais a quem mais precisa e menos a quem requer menos cuidados. Busca-se, com este princípio, reconhecer as diferenças nas condições de vida e saúde e nas necessidades das pessoas, considerando que o direito à saúde passa pelas diferenciações sociais e deve atender a diversidade. (PenseSus)

Como descrito acima, equidade tem relação direta com os conceitos de igualdade e justiça. A partir desse conceito torna-se relevante o questionamento sobre as políticas públicas para a saúde do trabalhador. O novo Modelo de estado, moldado pelo neoliberalismo estaria produzindo equidade no que se refere à saúde do trabalhador? Nesse contexto configura-se a problematização desta pesquisa: que ações tem tido o estado, em vista que este é regido pela lógica neoliberal na qual o agronegócio se insere, além de cumprir o *Art. 149* do código penal fiscalizando denúncias de trabalho análogo ao de escravo, em relação a realização e efetivação de políticas públicas voltadas para a promoção de saúde em um ambiente marcado pela violência social que atinge os trabalhadores do agronegócio?

## **II. OBJETIVOS**

### **OBJETIVO GERAL**

O presente trabalho tem como objetivo analisar as políticas públicas referentes às condições do trabalhador rural a partir das contradições existentes no agronegócio brasileiro.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

1 - Identificar como o moderno e próspero setor agroindustrial brasileiro, com seu potencial de acumulação de capital, mascara a realidade de um trabalhador que ainda sofre com uma arcaica relação de trabalho marcado por condições análogas ao da escravidão, assim como outros agravos a dignidade humana que ultrapassam o conceito biomédico de saúde.

2 - Questionar nas políticas públicas de saúde voltadas para o trabalhador rural, o papel que o estado tem desempenhado no que se refere a implantação de políticas que visam garantir a saúde do trabalhador dentro desse meio.

3 - Discutir o papel do SUS e um de seus princípios doutrinários que norteiam sua efetivação, o princípio de equidade que tem ligação direta com igualdade e justiça social.

### **III. METODOLOGIA**

A partir dos objetivos traçados na pesquisa, foi feita uma revisão bibliográfica de artigos publicados em cadernos de saúde pública, em arquivo de dissertação e tese. A base bibliográfica consultada foi a LILACS e considerou-se como critério de busca o período de 2009 e 2014 e as palavras chaves contidas no presente trabalho (agronegócio, saúde do trabalhador, políticas públicas e SUS).

Para critério de seleção de artigos, usaram-se aqueles que continham as palavras chaves do texto (políticas públicas de saúde, SUS, saúde do trabalhador, agronegócio e equidade) e que possuíam como foco o trabalho rural, assim como, as especificidade de condições nas diversas regiões onde o agronegócio se instalou. Foram selecionados oito artigos em periódicos<sup>2</sup>, uma dissertação<sup>3</sup> e uma tese<sup>4</sup>.

Após essa seleção a análise foi efetuada a partir das categorias emergentes nos artigos escolhidos. As categorias eleitas foram: Modelo proposto de agronegócio, uso do agrotóxico, condições dos trabalhadores, relações trabalho/moradia, saúde e trabalho rural, sem opções, políticas públicas em saúde e agronegócio.

---

<sup>2</sup> Aqui ninguém domina ninguém: sentidos do trabalho e produção de saúde para trabalhadores de assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Santos e Hennington, 2013. Agronegócio geração de desigualdades sociais, impactos no modo de vida e novas necessidades de saúde nos trabalhadores rurais, Pessoa e Rigotto, 2012. Consumo alimentar e condições de trabalho no corte manual de cana de açúcar no estado de São Paulo. Luz, Zangirolani e Corrêa-Filho, 2014; Emprego e Acidentes de Trabalho na Indústria Frigorífica em Áreas de Expansão do Agronegócio, Mato Grosso, Brasil. Vasconcellos e Pignatti, 2009; O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola. Rigotto, Carneiro, A Marinho, Rocha, Ferreira, Pessoa, Teixeira, Silva, Braga e Teixeira, 2012; Questões socioeconômicas, laborais e de saúde na cadeia produtiva do agronegócio da cana-de-açúcar na região do Noroeste Paulista. Moraes, Lopes e Priuli, 2013; Trabalho, saúde e migração nos canaviais da região de Ribeirão Preto (SP), Brasil: o que percebem e sentem os jovens trabalhadores? Galiano e Navarro, 2012; Vigilância em saúde e agronegócio: os impactos dos agrotóxicos na saúde e no ambiente. Perigo à vista! Neto, Lacaz e Pignati, 2014;

<sup>3</sup> Vigilância em saúde do trabalhador e participação social em Lagoa da Confusão (TO): o agronegócio em questão". Leite, 2014.

<sup>4</sup> Contextos e contornos da modernização agrícola em municípios do baixo Jaguaribe – Ce: o espelho do (des) envolvimento e seus reflexos na saúde, trabalho e ambiente. Pequeno, 2010.

A partir das seis categorias eleitas analisou-se o modelo hegemônico do agronegócio, suas políticas e modos de produção, o uso de agrotóxicos e os agravos à saúde do trabalhador, as condições de moradia e trabalho vivido pelos trabalhadores do modelo agroindustrial.

Já na categoria saúde e trabalho rural, procurou-se explorar também o conceito de trabalho enquanto forma de realização pessoal e seus possíveis prejuízos a saúde em vista do atual modelo capitalista hegemônico dentro do agronegócio. Já na categoria “sem opção” analisou-se as falas de alguns entrevistados nas pesquisas, muitos falavam em sobrevivência ao serem perguntados sobre os motivos de estarem trabalhando para o agronegócio. Em um último tópico e tema mais central da pesquisa, discutimos a presença do estado e seu papel de forma a garantir direitos, em sua ação em políticas públicas para garantir direitos, mais especificamente de ações voltadas para a saúde do trabalhador e o conceito de promoção de saúde e equidade.

#### **IV. DISCUSSÃO E ANÁLISE**

A discussão e análise foi elaborada a partir das categorias retiradas dos artigos levantados e pautaram-se no pressuposto teórico de trabalho de Marx (1983), em o Capital no coloca:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana [...]. (p.50) ,

Diz ainda o filósofo que o trabalho como realização humana, e como a realização deste pode trazer sofrimento psíquico ao trabalhador que está inserido em uma lógica que beneficia o capital, e não suas condições de trabalho para uma vida digna.

Também buscamos no SUS os princípios que norteiam as suas ações para efetivar políticas públicas voltadas ao trabalhador, em um ambiente marcado pelas contradições do capitalismo, onde se colocam em detrimento a garantia de direitos e em prol de garantir o mercado internacional.

#### **Modelo proposto de agronegócio:**

A partir do modelo de agronegócio proposto por Fernandes (2008) a hegemonia do agronegócio contém inúmeras contradições no que se refere a progresso econômico. Os artigos: “Agronegócio geração de desigualdades sociais” (Rigotto e Pessoa,2012), “Contextos e contornos da modernização agrícola” (Pequeno,2010) mostram que de um lado existe um enorme complexo que envolve indústria, agricultura, comércio e finanças e de outro o trabalhador desse enorme complexo que tem sido modelo de desenvolvimento e progresso sustentável.

Todos os estudos tiveram como ponto de partida a discussão sobre o modelo proposto de agronegócio e como esse tem provocado transformações na vida, na cultura das pessoas e principalmente dos trabalhadores e trabalhadoras que diariamente estão expostas aos braços do capitalismo.

Rigotto e Pessoa(2012) colocam que a inserção deste modelo de agricultura promove profundas transformações na vida das pessoas onde se instalam as empresas que exploram a terra. Essas empresas exploram a terra como se essa fosse fonte inesgotável de produção, expandem suas fronteiras promovendo impactos ambientais e que escolhem vender suas terras e trabalhar para a agroindústria, preferem assim por conta da incerteza que tem quando ainda possuem suas terras, de que não conseguiram se sustentarem com sua pequena produção, por isso vão em busca do trabalho no agronegócio. Rigotto e Pessoa(2012) afirmam ainda os autores que, os entrevistados garantiram que trinta por cento da produção é enterrada, ou seja, não fica para os trabalhadores o que o mercado não aceita.

Vale lembrar que, em todos os relatos observa-se o uso de entrevistas semiestruturadas como instrumento de coleta de dados e em pesquisas como: “Vigilância em saúde do trabalhador e participação social em Lagoa da Confusão (TO): o agronegócio em questão” Leite (2014), foram realizados intervenções de grupo de pesquisas onde os depoentes participavam de grupos sócio educativos com o objetivo de compreender a sua realidade de trabalho e seus direitos. A partir dos relatos dos trabalhadores, gestores de saúde, funcionários de saúde pública, gestores do agronegócio, fizeram a análise de discurso para prosseguirem com a discussão.

Observou – se ainda que os artigos apresentam como ponto de partida o poder político hegemônico do agronegócio e seus braços dentro das políticas locais de onde se realizavam os estudos. Todos propõe a pergunta: como o estado que tem eficácia ao promover o agronegócio, tem tido ineficácia em garantir direitos aos trabalhadores desse modelo de desenvolvimento? Esse questionamento volta a questão do novo modelo de Estado, regido pelo neoliberalismo e um capitalismo marginal que visa garantir o mercado internacional.

Pequeno (2010), coloca que o modelo econômico da sociedade contemporânea se caracteriza pelo desenvolvimentismo, onde o desenvolvimento econômico vai superar as desigualdades sociais, ou seja, a autora diz que a hegemonia do agronegócio é parte de um modelo econômico na qual a sociedade está postulada.

Continuando a discussão sobre o modelo hegemônico, no artigo: “O verde da economia no campo (2012)”, observamos que em 2006 o governo federal isentou cem por cento do IPI para o agrotóxico (Decreto Federal 6.006/2006), ou seja, o modelo agroindustrial é apoiado por parte do estado, mesmo esse sendo alvo de denúncias por condições precárias de trabalho. Leite (2014) em “Vigilância em saúde do trabalhador e participação social em Lagoa da Confusão (TO): o agronegócio em questão”, aponta para as contradições do modelo no cerrado brasileiro, em como o estado tem realizado políticas de incentivo para acumulação de capital para exportação.

A autora também aponta para parcerias com o governo japonês objetivando a modernização no campo, e como isso favorece a expansão das fronteiras agrícolas em detrimento do meio ambiente e trabalho. Ela ainda ressalta o fato de que, no cerrado, os acidentes de trabalho tiveram significativo aumento com a expansão da agroindústria, foi notado a partir dos relatos dos trabalhadores um tom de denuncia em relação ao trabalho, relataram as condições em que estavam expostos, tiveram essa reação, segundo a autora, por que durante os encontros socioeducativos, foi exposto o papel do CEREST e o que era saúde do trabalhador e as obrigações da empresa em relação aos trabalhadores.

No artigo “Vigilância em saúde e agronegócio: os impactos dos agrotóxicos na saúde e no ambiente. Perigo à vista!”, De Neto, Lacaz e Pignatti (2014), mostram a importância que a agropecuária tem para a economia no Brasil, representado 36% das exportações e 1/3 do PIB nacional, porém, o modelo adotado coloca o trabalhador a margem da importância econômica que esse representa. Com o avanço do agronegócio, esse representado por multinacionais visam garantir o abastecimento do mercado mundial. Para Marx (1983, p. 149-163), “o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho”,

assim concluímos que na lógica capitalista o trabalhador é sim colocado de lado em detrimento da mercadoria para garantir o lucro da empresa. E continua “o produto, porém, é propriedade do capitalista. E não do produtor direto, do trabalhador.”

A luta contra a hegemonia do agronegócio, tem se mostrado a partir dos artigos relacionados acima, uma luta árdua e penosa, que necessita de muita resistência e políticas para construir um novo modelo de agropecuária, que visa dividir melhor a renda, as terras e o trabalho assim como indica o artigo “Aqui ninguém domina ninguém: sentidos do trabalho e produção de saúde para trabalhadores de assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” De Santos e Hennington (2013). O autor observa que para um assentamento sem-terra o modelo é de resistência ao agronegócio, que possui como objetivo comercializar os produtos, mas, de maneira comunitária e de subsistência.

Apesar do modelo proposto pelo MST, ser o de agroecologia, o artigo também mostrou que, muitos não resistem e acabam por trabalharem nas agroindústrias para aumentar a sua renda. Os trabalhadores que foram em busca de outro trabalho queixaram-se das longas jornadas de trabalho e condições péssimas para a realização deste, principalmente no trabalho do corte da cana. Vale lembrar também, que segundo o artigo, o MST dialoga com a concepção do SUS e da OMS, porém sabem de como o trabalho no campo é exaustivo, por isso defendem políticas públicas para a efetivação do que se diz na lei 8.080, que regulamenta o SUS e sabem das dificuldades que existem para implementação das mesmas, “[O Agente Comunitário de Saúde] veio pra fazer cadastro [do cartão] do SUS(...) marcar consulta que precisava ele não marca, só vem pra pergunta e não pode fazer mais nada” ( Santos e Hennington, 2013. p. 1600). Essa fala de um trabalhador aponta as dificuldades de uma política para voltada para o trabalhador rural.

### **Uso do agrotóxico e os agravos à saúde:**

Tiveram em seus estudos diversas categorias como: condições precárias de trabalho, baixos salários, má alimentação, mudanças socioculturais nos

municípios onde o agronegócio se instalou porem, a despeito da diversidade dos temas dos artigos, todos atentaram para o fato do uso do agrotóxico. Apesar de em alguns estudos esse não ser o principal objetivo, todos ressaltaram o uso indiscriminado, a falta de fiscalização para o uso desses produtos, a falta de preparo dos trabalhadores para o uso, e a falta de capacitação de profissionais de saúde para dar assistência devida a vítimas diretas e indiretas do agrotóxico.

Os artigos não só ressaltaram esse risco do uso de agrotóxico, trouxeram também dados relevantes do uso desses defensores nas plantações como: o aumento do uso de agrotóxicos, colocando o Brasil como maior consumidor de agrotóxicos do mundo que concordam com os dados divulgados pelo ministério do meio ambiente que também colocam o Brasil como o maior consumidor de agrotóxico do mundo<sup>5</sup>. Verifica-se ainda que com o uso de produtos, que são proibidos na agricultura europeia e estadunidense, esses destinos de nossa produção não são aceitos.

O uso de agrotóxicos pode causar diversos prejuízos à saúde do trabalhador e também causa impacto direto ao meio ambiente, poluindo mananciais, esses que muitas vezes são responsáveis pelo o abastecimento de cidades próximas a região onde fora pulverizado. Santos e Hennington(2013), colocam que, um dos principais problemas ligados a saúde do trabalhador rural (assentado, do agronegócio, sem-terra) é o da exposição aos agrotóxicos e também os males que esse faz ao meio ambiente, ainda os autores, apontam que os assentados fazem o uso de agrotóxico, porém, para fins diferentes do agronegócio, de um lado para o consumo próprio e de outro, adaptação ao mercado(agronegócio). Os autores também atentam que os trabalhadores que foram buscar trabalho fora do assentamento reclamavam dos riscos que passavam ao aplicarem o agrotóxico.

Os artigos: “Agronegócio geração de desigualdades sociais, impactos no modo de vida e novas necessidades de saúde nos trabalhadores rurais”, de Pessoa e

---

<sup>5</sup> [www.mma.gov.br/seguranca-quimica/agrotoxicos](http://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/agrotoxicos)

Rigotto (2012), apontam que o uso excessivo de agrotóxico foi uma queixa recorrente pelos grupos de pesquisas realizados.

O uso indevido de agrotóxico segundo os autores podem gerar intoxicações agudas o que aponta risco direto para a saúde do trabalhador e também colocam que o uso intensivo gera “resistência” por parte das pragas o que acarreta em novas técnicas de aplicação como por exemplo a pulverização por aviões, que além de oferecer risco para os trabalhadores rurais espalha – se por toda a região o agrotóxico, ou seja, por todo o município onde está localizado a plantação. Este artigo aponta para os riscos de agravos a saúde que o agrotóxico oferece, não somente para o trabalhador como para toda população da região onde se localiza a plantação, riscos como queimaduras, câncer, e contaminação do lençol freático que abastecem as cidades são alguns temas levantados pelo artigo.

Pequeno (2010), em seu artigo, “contextos e contornos da modernização agrícola no município de Jaguaribe” aponta que a lógica da agroindústria em relação ao uso da terra e de agrotóxicos é: se não tem água, irriga, se o solo não é bom, aduba, se tem praga, se cura. Assim o uso do agrotóxico se torna corriqueiro no meio agroindustrial, mas a autora aponta, que esse uso é para garantir o mercado e suas exigências, sem nenhuma preocupação com as consequências ambientais e de saúde.

Aqui voltamos à discussão a luz de Marx, onde coloca que “o processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou. Entre coisas que lhe pertencem”, assim sendo, o proprietário da empresa tem através do salário o trabalho comprado, ou seja, é dele o processo de trabalho. Essa dialética do trabalho acaba por gerar subcidadania em que, são tirado direitos de qualquer homem, em ter, por exemplo, acesso a saúde em um lugar marcado por riscos de contaminação por agrotóxicos. No artigo Santos e Hennington (2013, p.1596), apontam que:

[...] a desigualdade entre a população urbana e rural no Brasil é marcada pela insuficiente oferta de serviços públicos e infraestrutura que incluem saúde, saneamento, moradia,

transporte, lazer e outros bem como a ausência de um modelo de atenção em saúde direcionada para a população rural.

Os autores também apontam que apenas 1% dos assentamentos rurais possuem rede de esgoto, então doenças como diarreia e infestações parasitárias são muito comuns com a população rural. em estudos

No que se refere à saúde do trabalhador rural observa-se no artigo, “O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola” (2012), os autores discutem a questão a partir da utilização e agrotóxico na medida em que expõem que o uso de agrotóxico no Brasil dobrou nos períodos entre 2005 e 2011, se tornando o país que mais consome agrotóxicos do mundo. Apontam ainda que os riscos do uso de agrotóxicos são diversos e que a falta de habilidades para o manejo deste deixam os trabalhadores em extrema vulnerabilidade, assim colocam sua saúde em risco e por estarem em contatos sem proteção adequada muitas vezes, e sem o descarte desta, levam o risco para suas residências ampliando as intoxicações por meio do agrotóxico.

Os autores ainda atentam para a subnotificação, que segundo a OMS, para cada caso notificado de intoxicação por meio do agrotóxico, existem cinquenta que não são notificados. Ainda no artigo, é colocado que os agravos à saúde são numerosos, podendo aumentar a probabilidade de câncer a quem maneja e a quem está exposto.

Podemos, com base nos artigos, concluir que o uso do agrotóxico no agronegócio é uma prática comum e que essa oferece diversos riscos a saúde e ao meio ambiente como apontado no artigo de Neto, Lacaz e Pignatti(2014) que diz que o uso do agrotóxico oferece diversos riscos saúde, como mutações, queimaduras e até mesmo câncer, não somente aos trabalhadores mas, também a população das cidades próximas as plantações, e os riscos de contaminação do solo que podem entrar em contato com o lençol freático, frequentemente fonte de abastecimento de água da região.

O Brasil ainda é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo como citado anteriormente, ou seja, o aumento do consumo vem para avaliar a produção, para que se garanta o mercado assim o trabalhador fica exposto ao uso deste químico que muitas vezes tem que ser melhorado por conta das “resistências” criadas pelas pragas das plantações. Furtado (2011, p.66) aponta “No capitalismo a exploração continua a existir, mas ela é pactuada socialmente e reconhecida como legítima e dessa forma ocultada do ponto de vista ético(...)”, e ainda aponta que o trabalhador não atua legislação considera legítimo o mais-valor retirado de do preço da sua força de trabalho, voltaremos a essa questão em outro tópico.

Os artigos citados mostram que, o trabalho rural, que já é por si um trabalho exaustivo, os trabalhadores convivem cotidianamente com riscos diretos de agravos a sua saúde e sua dignidade no trabalho. O uso intensivo de agrotóxicos oferecem diversos riscos a saúde, assim como o uso deste é para que se garanta produção para garantir o mercado.

### **Condições dos trabalhadores: relação trabalho e moradia.**

Notou-se, principalmente nos estudos com migrantes de: Correa-Filho, Vilela e Zangirolani(2014), Galiano, Vetorassi e Navarro(2012), Moraes, Lopes e Priuli(2013). Para o corte manual da cana, que esses tem tido as piores relações de trabalho. Além dos estudos atentarem para a maneira perversa de como se dá o pagamento dos trabalhadores, as condições de moradia eram totalmente precárias, alimentação irregular, chegavam para o corte às seis e meia da manhã comiam uma parte de sua marmita e depois guardavam para comer de novo às onze da manhã, comiam comida fria, daí o surgimento da palavra “boias-frias”. Além da comida estar fria, notou-se que a comida era pobre em nutrientes e rica em gorduras, também não variavam muito os alimentos.

Na questão de hidratação, o trabalho rural já é extremamente penoso e desgastante, porem no corte da cana movimentos repetidos, peso excessivo para carregar, longas distancias percorridas, e o sol não amistoso do interior paulista fazem desse trabalho o mais precário possível.

A falta de intervalos ao longo de horas consecutivas de trabalho, ou mesmo, quando da existência destas as circunstâncias eram no mesmo local de trabalho, em meio a cana de açúcar. E a alimentação? Como fazer suas necessidades fisiológicas? A única alternativa que se faz presente: em meio ao mato. De todos os artigos consultados, o trabalho no corte da cana se mostrou o mais precário, com condições de trabalho e fiscalização quase zero em relação a melhoria das condições.

Constata-se ainda salários descontados por conta de transportes e moradias, as usinas só ofereciam uma refeição diária (Moraes, Lopes e Priuli, 2013). E por conta da jornada de trabalho, quando voltavam a suas “republicas” nas cidades não tinham acesso as unidades de saúde, pois já estavam fechadas.

No artigo: Consumo alimentar e condições de trabalho no corte manual de cana de açúcar no estado de São Paulo(2014). Os autores apontam que embora a área mecanizada tem aumentado entre 2007 e 2010, o número de trabalhadores rurais no corte da cana passou de 355 mil para 500 mil, ou seja, apesar da modernização a demanda aumentou, necessitando assim de um número de trabalhadores maior. Também colocam, que a produção média por cortador nos anos 1980 era de 4 toneladas por dia, nos anos 1990 essa média subiu para 8 toneladas diárias, os autores acreditam que a média subiu por conta da instituição do pagamento por produção de 1986(Oliveira, 2006).

Enfatiza o autor que o ciclo do trabalho no corte da cana consiste em: abraçar a cana, cortar a cana e carregar a cana até o centro do eito (nome dado a área em que o cortador é responsável), assim identificamos que o trabalho do corte manual da cana é desgastante e aliado ao sol forte (predominante no período da safra), a má alimentação e a desidratação por conta de variáveis do ambiente e excesso de trabalho podem gerar agravos a saúde do trabalhador.

Em vista desta realidade em que está exposto o trabalhador, os autores apontam que nas safras entre 2004 e 2007 houve 21 mortes no corte da cana, porém, os laudos eram inconclusivos, pois apontavam apenas as causas da morte (AVC,

infarto), mas os entrevistados relataram que aqueles que morriam reclamavam de excesso de trabalho, dores, câimbras e cansaços.

Aqui se nota a subnotificação de agravos a saúde do trabalhador rural, impossibilitando ações que visam melhorar as condições de trabalho, e como pelo aumento da demanda a média de produção diária tem crescido a cada ano, os autores colocam que a média da região pesquisada era de 12 toneladas por dia, assim, um bom cortador conseguia ganhar por mês a média de 600 a 800 reais (Correa-Filho, Zangirolani e Vilela, 2014).

Em relação a moradia, os autores relatam que os migrantes, moravam em “republicas”, essas oferecidas pela usina, porém, eram descontados alugueis diretamente dos trabalhadores, o jantar e almoço eram oferecidos pela usina, mas outras refeições eram por conta dos trabalhadores, foi notado que o consumo de alimentos ultra processados como bolachas, sucos em pó eram altamente consumidos. Além de terem uma jornada exaustiva, os trabalhadores ainda eram responsáveis pela limpeza de suas roupas, ou seja, após o trabalho ainda tinham que lavar roupas o que muitas vezes levavam os trabalhadores a não realizar essa tarefa e usarem todos os dias as mesmas roupas sem a devida higienização.

No artigo “Questões socioeconômicas, laborais e de saúde na cadeia produtiva do agronegócio da cana-de-açúcar na região do Noroeste Paulista” (Moraes, Lopes e Priuli, 2013), os autores levam em conta não somente as condições precárias das moradias em que vivem os migrantes que vem para o corte manual da cana, mas atentam para os fatores geradores de preconceitos por parte da população residente do município: todos os trabalhadores que eram migrantes relatavam que eram chamados de “paraíbas”. Além de preconceitos, os trabalhadores enfrentavam outro problema, por se tratar de um município pequeno, não havia unidades de saúde emergenciais, o atendimento era feito em uma outra cidade com porte maior, ou seja, no município que recebia os migrantes, não havia estratégias e ações para garantir atendimento em saúde para trabalhadores rurais que vinham em busca de uma vida mais digna. Ainda no artigo, os trabalhadores afirmaram que não havia como acessar aos

dispositivos de atendimento básico, pois devido a jornada de trabalho, quando voltavam as “republicas” as unidades básicas já estavam fechadas.

A equidade um dos princípios básicos do SUS, de certa forma está a abandonada, não somente por não haver justiça no que se refere ao atendimento em saúde de forma justa e digna, mas também por gerar desigualdades que ultrapassam a falta de dinheiro: trabalhadores que deixam seus lares em outros estados encontram em seu destino uma vida de exclusão de direitos assim como não encontram medidas por parte dos gestores públicos de saúde que não garantem uma ação justa para o trabalhador no corte da cana.

Ao longo das leituras dos artigos, foi possível responder a questão inicial do projeto, que era como o agronegócio mascara uma realidade árdua vivida por trabalhadores de diversas regiões do país. A falta de fiscalização em saúde de trabalhadores rurais, de programas voltados para atenção do trabalhador rural mostraram-se poucas ou muitas vezes inexistentes.

Novamente voltamos a questão, da ineficácia do estado em garantir direitos aos trabalhadores e eficácia em promover o agronegócio como modelo de desenvolvimento.

Atenta-se ao fato da produção brasileira de cana de açúcar não ser de uso para o próprio mercado e sim para o mercado internacional, ou seja, multinacionais que utilizam da força de trabalho vendida pelos trabalhadores ocasionando as transformações culturais das cidades e regiões onde se instalam as agroindústrias. Utiliza de água da região para garantir produção o ano inteiro, utilizam defensores para também garantir a produção e esse produto não ficam aos trabalhadores nem nas regiões onde estão as indústrias.

O estudo que envolve trabalhadores da chapada do Apodi (Pessoa e Rigotto,2012), região da fronteira entre Rio Grande do Norte e Ceara, demonstraram a partir da fala dos trabalhadores entrevistados que 30% das frutas que eram produzidas no campos eram enterradas por não se enquadrar nas exigências dos mercados de destino. As autoras também relatam que em seu

grupo de pesquisa os trabalhadores afirmaram que o uso dos recursos naturais para a agricultura é imprescindível, porém a questão é de como essa produção vem se desenvolvendo, também relatam que o solo onde há produção do agronegócio ocorre, em alguns anos já não estará apropriado para o plantio. As autoras continuam com o fato de que, na região onde a pesquisa se dá, antes era caracterizado pelos pequenos produtores, com a entrada do agronegócio, sua lógica mercantilista acabou por extinguir a agricultura familiar da região, pequenos produtores que antes produziam arroz, feijão e milho são substituídos por empresários com alto conhecimento em produção de frutas, mudando a forma de cultura(monocultura) e por assim os hábitos de trabalho por parte da população.

### **Saúde e Trabalho rural:**

O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a consciência (Marx,Karl. Opere Citato,2008b, p.47.

Furtado (2011) coloca que trabalho é condição necessária para a realização do humano e, ao mesmo tempo, foi sua criação o que nos transformou no que somos agora, ou seja, é no trabalho que o ser humano se realiza enquanto ser – humano é o que nos faz evoluir, que nos permite ser consciente e se comunicar.

Ainda Furtado (2011. P.66),

No capitalismo a exploração continua a existir, mas ela é pactuada socialmente e reconhecida como legítima e dessa forma ocultada do ponto de vista ético. O trabalhador considera legítimo o mais-valor retirado do preço da sua força de trabalho e a legislação atual corrobora essa compreensão.

A partir dessa citação conseguimos traçar um paralelo entre o capitalismo e o agronegócio, o trabalhador tem sua força de trabalho vendida, em condições

precárias de trabalho, de saúde e de dignidade no trabalho. A partir dos artigos pesquisados conseguimos como resultado que cada vez mais o agronegócio tem se expandido e as relações de trabalho tem sido cada vez mais precárias gerando não somente apenas agravos a saúde mas também desigualdades sociais.

No artigo: Agronegócio geração de desigualdades sociais, impactos no modo de vida e novas necessidades de saúde nos trabalhadores rurais. Os autores citam na introdução:

O crescimento econômico brasileiro, entendido por muitos como gerador de melhoria de qualidade de vida, tem fomentado a expansão das fronteiras agrícolas, o agronegócio de soja, cana, celulose, carne, camarão e frutas. Isso acarreta a incidência pouco integrada de numerosos projetos setoriais sobre os territórios, propiciando o uso intensivo dos bens naturais e favorecendo a reprodução das desigualdades regionais e sociais. (Seminário sobre saúde ambiental e saúde do trabalhador e suas interfaces com o Programa de Aceleração do Crescimento. RIGOTTO; AUGUSTO, 2007)

O agronegócio, é compreendido como um modelo de progresso econômico que traz benefícios a sociedade onde ele se instala, mas como os autores dizem ele fomenta a reprodução de desigualdades, e ainda gera impactos diretos ao meio ambiente pois como em qualquer outra forma de empresa capitalista, visa o esgotamento das reservas naturais a fim de garantir a produção e mantimento do mercado.

Ainda no artigo de PESSOA E RIGOTTO, (2012), verifica-se que no nordeste a expansão das fronteiras agrícolas tem provocado inúmeras transformações nas vidas dos trabalhadores gerando uma massiva exploração do trabalho, e por

assim, impactos a saúde do trabalhador, principalmente pelo uso abusivo de agrotóxicos.

Entende-se assim, como citado anteriormente, que o Brasil é colocado como o maior consumidor de agrotóxicos do mundo e que as fronteiras agrícolas do agronegócio tem se expandido. As transformações vistas pela pesquisa que tiveram foco na Chapada do Apodi no Ceará, concluem que a expansão dessa forma de exploração da terra tiveram impactos nas formas de produção rural, pequenos produtores que tinham uma diversidade de culturas, agora se rendem a forma de cultura do agronegócio, caracterizada pela monocultura, tendo as relações de trabalho precárias, gerando impactos à saúde do trabalhador. Mostrou-se também no estudo que as relações de trabalho não está baseado para o desenvolvimento humano, mas sim em uma lógica competitiva, destrutiva e na incessante falta de opção.

Pequeno (2010) aponta que, o agronegócio é tido como modelo de economia sustentável e como esse tem sido alvo de elogios, mas em virtude de um trabalho cada vez mais explorado e massacrado. Coloca também como tem se transformado as culturas locais por conta do avanço do agronegócio e como seu modelo é baseado na acumulação em virtude do trabalhador.

No artigo “Consumo alimentar e condições de trabalho no corte manual de cana de açúcar no estado de São Paulo”, atenta-se ao fato que se expandiu as fronteiras agrícolas, a produção aumentou então o trabalho aumentou e concomitantemente as necessidades de saúde. Em relação à forma de trabalho os autores colocam que a lógica do agronegócio é neoliberal na medida em que garante a mercadoria em detrimento do trabalhador, sua saúde e seu ambiente de trabalho.

Pignatti (2009), em “Emprego e Acidentes de Trabalho na Indústria Frigorífica em Áreas de Expansão do Agronegócio, Mato Grosso, Brasil” discorre sobre as transformações da produção rural no Mato Grosso, indicam que na região o desenvolvimento do agronegócio vem a partir dos anos 1970 por conta de pressão governamental para ocupação da área e que no Brasil o

desenvolvimento econômico vem aliado a agravos a saúde. Fizeram uma análise de que nos frigoríficos, os acidentes relacionados ao trabalho aumentaram de 41,2 para 46,3 entre 2002 e 2005. Chegaram à conclusão de que com a expansão do agronegócio as relações de trabalho se tornaram mais precárias com condições cada vez piores de trabalho. Ainda aponta que para metodologia utilizaram trabalhadores do frigorífico por que eram a categoria que estavam na segunda colocação de acidentes relacionados ao trabalho, colocam também que em 2003 houve uma diminuição nos acidentes de trabalho, porém atribui-se esse fato a subnotificação dos acidentes e também pelo aumento do emprego informal no qual o CAT não possui dados conclusivos.

Em outro artigo: O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola(2012). Os autores colocam que os trabalhadores estão a todo momento sujeitos ao desemprego, e que há nas portas das grandes empresas agroindustriais um batalhão de trabalhadores a espera de um emprego, por isso muitas vezes se sujeitam cada vez mais a qualquer tipo de vínculo empregatício; e também pelo estado não garantir a comercialização dos produtores autônomos, esses se tornam parceiros das empresas, expandindo cada vez mais as fronteiras do agronegócio.

Moraes, Lopes e Priuli (2013), apontam que as formas de relações de trabalho no mundo capitalista estão cada vez mais precárias e que para se notificar um agravo de saúde decorrente do trabalho tem de ser possível a medicalização deste, assim o sofrimento, o estresse, questões culturais não são permitidos no trabalho e não estão relacionados a este.

Vetorassi e Navarro (2012), no artigo que estuda as condições de trabalho de jovens migrantes na região de Ribeirão Preto, manifesta o depoimento de um dos migrantes entrevistados; diz ele que deixar o Maranhão é como deixar um pedaço da vida. “Esse vai e vem migratório é ausência do estado então lhe são impostas essas condições de vida.” (SILVA, 2001, p-31). Aqui Silva se refere à falta de políticas que visam garantir acesso à terra nas regiões de origem dos trabalhadores migrantes.

Segundo Leite (2014), com o avanço do agronegócio e as transformações urbanas, produção, ambiental que este propiciou, a classe mais prejudicada foi a trabalhadora. A autora coloca que essa nova configuração de trabalho se assemelha a forma de produção do passado do capitalismo na época da revolução industrial, momento em que os trabalhadores, sem cobertura de direitos trabalhistas, se submetiam a trabalhos precários.

Nesse mesmo caminho, Dejours (2007, p. 51) expõe alguns efeitos da precarização sobre a subjetividade dos trabalhadores:

O primeiro, a intensificação do trabalho e o aumento do sofrimento subjetivo; a segunda implicação, a neutralização da mobilização coletiva contra o sofrimento, contra a dominação e a alienação; já a terceira consequência seria a estratégia do silêncio, da cegueira e da surdez. Pois cada um deve antes de tudo se preocupar em “resistir” [...] para resistir, portanto, convém fechar os olhos e os ouvidos ao sofrimento e à injustiça infligidos a outrem; o quarto efeito estaria relacionado à ameaça de demissão, que é o individualismo (“cada um por si”).

Assim, entendemos que a eficácia do estado em garantir, ou seja, legitimar essa legislação desigual ao favorecer o avanço da agroindústria oculta a realidade de um trabalhador que cada vez mais esta a margem de seu processo de produção, tem em seu produto como commodities essenciais para garantir o mercado, e sua garantia de uma vida digna no trabalho atravessada pelas leis do capitalismo acumulativo. O trabalho está mais intenso e por consequência o sofrimento do trabalhador como aponta Dejours (2007), o trabalhador está a todo tempo com a ameaça da demissão, então se submete as condições precárias e a tarefas exaustivas.

Em contrapartida o estado tem ineficácia em garantir direitos essenciais para a dignidade humana, desde as legislações fracas ou inexistentes ou inequidade em ações de saúde para o trabalhador no campo. O trabalho como forma de realização humana não somente pelos riscos e agravos a saúde física que o trabalhador rural pode sofrer em suas jornadas, mas também o agravo de sua realização enquanto ser humano, este alheio de seu processo e sem poder

mostrar indignação, sofrimento as condições de trabalho a ele impostas. O sofrimento, o estresse, o aumento de consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas em cidades que recebem migrantes para período de safra, não são colocados como agravos de saúde decorrentes do trabalho.

Heloani e Capitaó(2003) colocam que a barbárie do capital instaura na contemporaneidade a desumanidade das relações humanas, que se desqualificam quase totalmente, surpreendendo com a forma e a fôrma na qual o homem atual vai colocando-se. Em vista desta afirmação e dessa concepção podemos analisar o agronegócio como um produto do capitalismo quando o entendemos como um sistema que abrange agricultura, comércio, indústria e finanças esses controlados por multinacionais que tem como objetivo a acumulação de capital e a exportação, tornado cada vez mais precárias as relações de trabalho.

Heloani (1994) entende saúde mental não somente restrita na cura das doenças e sua prevenção e sim garantir esforços e recursos para melhor qualidade de vida, assim colocamos a questão: e a saúde do trabalhador no agronegócio? O que se viu diante dos artigos lidos é que assim como outras formas de produção dentro do capitalismo, o agronegócio prioriza a produção da mercadoria em detrimento do trabalhador. Podemos afirmar isso, pelo fato de que todos os artigos citados acima, denunciam a precariedade que tem se encontrado os trabalhadores do agronegócio em diversas regiões do país onde o modelo hegemônico do agronegócio está instalado.

### **Sem opções: alternativa de sobrevivência:**

Surgiu durante as análises dos artigos essa categoria que, apesar de poder englobar todas as outras merece devida atenção pela forma como é expressa. Muitas das pesquisas são realizadas entrevistas com trabalhadores do

agronegócio, nelas surgem essa palavra, sobrevivência, que para os trabalhadores significam não tem pra onde ir, Santos e Hennington(2013), em “Aqui ninguém domina ninguém”, colocam que os trabalhadores do assentamento onde se deu as entrevistas, relataram que acabavam por ir trabalhar para o agronegócio. Buscavam essa alternativa para suprir suas necessidades por falta de incentivos por parte do governo em garantir incentivos políticos e econômicos para garantir sua produção. Os autores avaliam como uma alienação de sei, ou seja, do lucro do outro em detrimento de sua saúde.

Rigotto e Pessoa(2012), apontam para o mesmo caminho quando relatam que em suas entrevistas os trabalhadores falavam em sobrevivência, que apesar de saberem das condições que iriam encontrar ao se sujeitarem trabalhar para as grandes transnacionais, elas são a única opção de sobrevivência e também falam da incerteza de manterem a produção familiar por falta de incentivos econômicos, assim, a única opção que lhes cabem é agronegócio. “É assim e pronto”, nas palavras de um entrevistado.

Pequeno (2010), continua na mesma linha, o modelo hegemônico do agronegócio é tido como única opção de sobrevivência, a falta de políticas que visam fomentar a agricultura familiar ou agroecologia, afugentam os trabalhadores de tentarem uma vida com sua própria produção, daí partem ao trabalho na empresa, que oferece salários baixos e uma promessa de futuro melhor.

Em: “Consumo alimentar e condições de trabalho no corte manual de cana de açúcar no estado de São Paulo” 2014, que faz pesquisa com trabalhadores migrantes, os entrevistados relataram que apesar de saberem do pouco ganho, dizem estar satisfeitos por ser sua única opção. Ou seja, deixar sua terra natal em busca de sobrevivência, encontram um trabalho explorado e exaustivo, poucas políticas de acesso a saúde que visam garantir um mínimo de atendimento e ainda assim se dão por satisfeitos por não haver outra opção.

Os artigos citados sugerem que o avanço do agronegócio segue a lógica neoliberal de estado, ou seja, estado mínimo (o estado representa os interesses

do capital financeiro, da reorganização produtiva[...]GONÇALVES, 2013, p. 48). Onde a acumulação e garantia da produção da mercadoria está acima das condições de trabalho, a qual está sujeito o trabalhador e, esse ainda se dá por satisfeito no que se refere à condição de vida, por que não há apoio para outra atividade a não ser sobreviver no agronegócio.

O agronegócio surge como opção de sobrevivência, pois o modelo agrícola familiar ou agroecológico muitas vezes foi deixado de lado ou para aqueles que tentaram resistir tiveram suas terras cedidas para as indústrias estrangeiras e de outras partes do país. A perda da terra causa impacto direto com a relação que o produtor familiar tem com seu produto final, assim como no capitalismo, a perda de relação com o produto final o produtor familiar se torna alienado de seu produto causando mudanças nas culturas de cidades tipicamente voltadas para a agropecuária. Então a opção muitas vezes é somente pelo modelo agroindustrial, por isso muitos falam em sobrevivência.

Para Marx(1983), o consumo da força de trabalho pelo capitalista, mostra dois fenômenos peculiares. Primeiro ele aponta que o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho, ou seja, a força de trabalho a qual os trabalhadores vendem ao agronegócio não pertence a eles e sim ao proprietário da terra ou da empresa. O proprietário cuida para que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto não seja desperdiçada matéria – prima, assim são o agronegócio e seus complexos de finanças, o trabalhador não somente vende sua força de trabalho, mas também sua terra, deixa sua terra natal em busca de sobreviver ao mundo do capitalismo, pode ao menos garantir que consiga comprar os produtos do capitalismo, mas não o que ele mesmo realizou a partir de seu trabalho.(MARX,1983).

Um segundo fenômeno apontado por Marx (1983), é que, o produto é propriedade do capitalista assim como o trabalhador, quando o trabalhador vende sua força de trabalho ele pertence ao capitalista, o valor de uso de seu trabalho pertence ao capitalista da mesma forma de alugar um carro por um dia, se o trabalhador vende sua força por um dia e essa pertence ao capitalista, dessa

forma como nos canaviais apontados pelos artigos, nota – se que ainda o pagamento por produção uma forma arcaica de relação de trabalho, e sim mostrou – se que nos canaviais é onde o trabalhador sofre mais com as condições de trabalho, saúde e o poder de se emancipar dessa forma de exploração, muitos são migrantes, não há como se organizarem, são muitas vezes contratados por terceiros, a qual chamam de “gato” e sim vão a esse trabalho por não haver outra alternativa de sobrevivência em seus lugares de origem, e muitos ainda se sentem contentes por estarem enviando dinheiro a suas famílias.

Para afirmar tal argumento Moraes, Lopes e Priuli(2013), discutem que a opção de deixar a terra natal extrapola a opção individual, a necessidade de deixar seu local muitas vezes é para garantir o acesso aos bens de consumo produzidos pelo capitalismo. Alves (2007) aponta que, geralmente os migrantes são jovens que tem como único objetivo ganhar dinheiro e ajudar a família.

### **Políticas públicas em saúde e agronegócio:**

Gomes(2010), aponta:

Na chamada “reestruturação industrial”, a partir dos anos de 1970, o capital procura garantir e ampliar a sua cota de acumulação por meio de novas técnicas organizacionais (toyotismo) e de um novo modelo de Estado, o Estado mínimo, moldado pelo chamado neoliberalismo. (p.103)

O capital se reestruturou no mundo e se reestruturou no Brasil, porem o pais está na margem do capitalismo mundial. Em vista desse referencial, colocamos em questão o papel do estado na garantia de direitos, e para o presente trabalho, a garantia de direitos para os trabalhadores no âmbito da saúde, a promoção de saúde, garantir equidade no acesso a saúde, programas na atenção básica para o trabalhador e mais especificamente do trabalhador rural.

Percebe-se que o estado tem se tornado cada vez mais fraco em relação a garantia de direitos, e que sim tem favorecido o mercado internacional e deixa

uma população trabalhadora rural cada dia mais a margem do processo de desenvolvimento. O produto do agronegócio tem seu reconhecimento internacional, em detrimento das condições de trabalho. O projeto de país no que se refere em como o país propõe as ações para continuar o desenvolvimento tem se mostrado cada vez mais liberal, ou seja, o estado ficando de lado para garantia de direitos.

Assim como nos artigos lidos onde sugeriam que governos locais não tinham interesse em ampliar a atenção ao trabalhador (fiscalização, vigilância em saúde, promoção de saúde) por conta de esses governos estarem ligado de certa forma ao agronegócio, vemos que o poder político da agroindústria se espalha nos três níveis de poderes e quem fica a margem é o trabalhador dessa indústria que não possui direito de sofrer em seu trabalho Para demonstração afim de justificar a afirmação acima, em” Vigilância em saúde e agronegócio: os impactos dos agrotóxicos na saúde e no ambiente. Perigo à vista!” de Neto, Lacaz e Pignatti,2014, os autores colocam que, em entrevista à gestores de saúde, não havia interesse por parte do poder público em garantir estratégia que visavam fiscalizar melhor o uso de agrotóxicos, porque esta ação produziria conflitos com produtores rurais e com a oligarquia política local. No mesmo artigo ao entrevistarem líderes do sindicato dos trabalhadores rurais, afirmaram que não havia nenhuma ação pactuada entre SUS e outra secretaria para garantir ações de saúde do trabalhador.

Em política nacional de saúde do trabalhador e trabalhadora o SUS coloca:

O SUS está organizado de acordo com os princípios da universalidade, integralidade, equidade, descentralização/regionalização e participação da comunidade, assim como a Política Nacional da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora que, conforme determinação do Ministério da Saúde, deve ser articulada à Política e ao Plano Nacional de Segurança e Saúde (PNSST), em todo o âmbito do SUS, além da articulação com o Ministério do Trabalho e Emprego e da Previdência Social. Na PNSST, a proposta maior é sua concepção de ação “transversal”, entendendo o trabalho como determinante do processo saúde-doença. Busca, então, evidenciar que o processo de adoecimento não é responsabilidade exclusiva do trabalhador, mas dos modelos de desenvolvimento e/ou processos produtivos, o que pode ser verificado no acréscimo do princípio da “precaução”, além dos

princípios gerais do SUS. Essa Política também reforça ações já existentes desenvolvidas em muitos municípios, compreendendo a necessidade da articulação Inter setorial e das atribuições nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal. (MERLO; BOTTEGA; PEREZ; BIER, 2014, p. 15)

Em vista que já existe uma Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, e que o tema central do trabalho é verificar se o estado em seus três níveis de poderes tem promovido equidade no sistema de saúde ou se ainda com essas políticas há inequidade nos sistemas de saúde de cidades que abrigam migrantes para o corte de cana, trabalhadores que trabalham nas extensas lavouras, nos frigoríficos e outras formas de exploração da terra.

Moraes, Lopes e Priuli(2013), destacam que, as cidades que recebem migrantes para o corte da cana, não possuem ações de saúde para esses trabalhadores. Muitos trabalham por 8 horas diárias, e não buscam atendimento, pois em seu horário de folga as unidades básicas de saúde não funcionam, também colocam que na cidade não havia unidades de atendimento emergencial, levando em conta que o trabalho no corte manual da cana apresenta riscos diretos a saúde.

Se conforme citado anteriormente, equidade tem relação direta com justiça social e tendo o SUS como princípio norteador essa noção, a situação dos migrantes em cidades onde o agronegócio está presente, cria uma subcidadania, ou seja, não fazem parte de ações daquele município. No mesmo artigo Moraes, Lopes e Priuli(2013), discorrem sobre como são criados preconceitos em volta dos migrantes, a população os classificam como “paraíbas”, ou seja, não pertencem as estratégias de saúde daquele município, mesmo que fundamentais para a economia do mesmo.

Em: “Vigilância em saúde do trabalhador e participação social em Lagoa da Confusão (TO): o agronegócio em questão” Leite (2014), discute o desenvolvimento do agronegócio no cerrado brasileiro. Percebeu – se que durante a pesquisa, muitos trabalhadores não tinha o conhecimento de seus direitos trabalhistas e não tinham conhecimento do papel do CREST na cidade,

e também identificou – se um tom de denúncia dos trabalhadores em relação as condições de trabalho que muitos se encontravam. Ainda ressaltou das dificuldades dos gestores de saúde em realizar ações de promoção de saúde em trabalhadores rurais do agronegócio, o município não se prepara para receber o fluxo de pessoas com a vinda do agronegócio.

Os artigos citados mostraram que, muitas vezes a agroindústria está presente em pequenas cidades do interior do país e que de certa forma essas indústrias trazem desenvolvimento as pequenas cidades, com novos empreendimentos, estradas, empregos. É deste desenvolvimento que abrimos espaço para discussão do trabalho, a realidade mostrada pelo o desenvolvimento do agronegócio mascara a realidade de um trabalhador oprimido que sofre com adoecimento físico e com sofrimento psíquico

Os artigos citados, assim como a introdução deste trabalho, inferem a grande eficácia do estado em garantir o acesso de empresas internacionais para a agricultura, a facilidade em obtenção de créditos para a implementação de grandes lavouras para exportação em detrimento do trabalhador, esse que está sujeito as condições perversas do mercado e coloca sua saúde em risco.

Como o estado que por constituição coloca saúde como direito (lei 8.080, implementação do SUS), não aplica sua constituição, que universaliza o atendimento em saúde, não promove saúde uma das diretrizes do SUS, não gera equidade no meio rural e alia desenvolvimento econômico com progresso da sociedade. O agronegócio é tão perverso e selvagem como qualquer outro negócio na era do capitalismo, assim como qualquer outro privilegia o empresário e não o trabalhador.

Trabalho rural por si já é penoso, exaustivo. A demanda aumentou, o trabalho aumentou. A tecnologia chegou, mas não para o trabalhador. Ele ainda está debaixo do sol, espalhado o químico para garantir a produção e assim a exportação.

Linhas de crédito para a empresa existe. O plano safra 2014/2015 disponibilizou 156 bilhões de reais para o agronegócio e grandes produtores enquanto que (Ministério da agricultura, site) para o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) são disponibilizado 24,5 bilhões de reais em créditos (Cartilha Do plano safra da agricultura familiar). De um lado um incentivo para o que tem se mostrado um gerador de desigualdades, onde a acumulação de capital impera e necessitasse garantir os mercados estrangeiros e não a população de pequenas cidades do Brasil por outro lado o PRONAF esse como proposta sustentável de agropecuária, livre de agrotóxicos, sem exploração excessiva da terra e seus recursos. Saúde gratuita e digna para o trabalhador não.

Os artigos mostram que muitos não têm acesso à saúde, e que a atenção básica não chega as imensas lavouras promovidas pelo agronegócio. E que apesar da tecnologia, os agravos a saúde tem piorado. Além do trabalhador, podemos nessa mesma categoria, analisar os impactos ambientais que o agronegócio vem promovendo segundo os artigos pesquisados, o agronegócio é colocado como fonte inesgotável de produção alimentícia e energética (cana de açúcar).

De acordo com seu Art. 7º da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora(PNSTT).

[...] deverá contemplar todos os trabalhadores priorizando, entretanto, pessoas e grupos em situação de maior vulnerabilidade, como aqueles inseridos em atividades ou em relações informais e precárias de trabalho, em atividades de maior risco para a saúde, submetidos a formas nocivas de discriminação, ou ao trabalho infantil, na perspectiva de superar desigualdades sociais e de saúde e de buscar a equidade na atenção.

Neste artigo 7º da política nacional de saúde do trabalhador e da trabalhadora fica claro que a política e a lei já existe e que sim, tem em vista atender a população mais vulnerável que estão em relações mais precárias de trabalho. Diariamente, aplicam – se defensores químicos nas plantações, que não oferece

riscos apenas aos que manejam esses produtos, mas sim a toda a população do município pois esses são borrifado desde aviões que lançam nuvens de venenos sobre as plantações. Assim como citado por Moraes, Lopes e Priuli(2013), trabalhadores do corte da cana não conseguiam, muitas vezes, ter atendimento em saúde por conta que em seus horários de folga, as unidades básica de saúde estavam fechadas, o que faziam os trabalhadores irem diretamente as farmácias comprarem diclofenaco por conta de dores. O artigo 7º da PNSTT cita que trabalhadores com condições de trabalho precário serão priorizados na perspectiva de superar as desigualdades sociais e de saúde e a de buscar a equidade na atenção, a partir do artigo citado juntamente com a PNSTT, conclui-se que equidade no atendimento em saúde para os trabalhadores do agronegócio da região pesquisada pelos autores não existe. Ainda colocam que na cidade não há atendimento emergencial em um trabalho que se demonstrou a partir dos artigos citados ser o que mais oferece agravos a saúde do trabalhador.

Voltamos a Heloani (1994), quando coloca que saúde do trabalhador não está na cura das doenças e sim garantir meios que possa, melhorar as condições de vida do trabalhador, e nessa mesma linha a política nacional de saúde do trabalhador e trabalhadora (PNSTT), que tem por conceito a equidade para garantir acesso em serviços de saúde para as populações em maior vulnerabilidade, que visa superar as desigualdades sociais. Assim, no artigo citado anteriormente, conseguimos identificar condições que ferem a dignidade humana, não somente na garantia de direitos, mas também na exploração de mão-de-obra, muitas vezes de outros estados. Encontram aqui, não somente barreiras para terem seus direitos assegurados, mas preconceito por parte da população local que não consideram esses trabalhadores cidadãos. Ainda em Moraes, Lopes e Priuli(2013), em uma fala de um trabalhador fica evidente afirmação acima: “Todos os migrantes são chamados de Paraíba.” Colocam também que 78% dos entrevistados garantem sentir muito preconceito por parte da população local.

Para Dejours(2007), o trabalhador não é permitido por conta das relações de trabalho, falar em sofrimento, doença somente é doença quando se pode ver o adoecimento e assim trata-lo.

## V – CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS:

No primeiro momento do trabalho começamos falando de duas realidades vividas no agronegócio: de um lado a modernidade de um complexo que se fortaleceu ao longo dos anos e vem sendo colocado como possibilidade de desenvolvimento sustentável, de outro uma realidade muito diferente daquela propagada pelo agronegócio, trabalhadores sendo libertados de condições análogas ao da escravidão em uma fazenda que produz cana – de açúcar. Falar em liberdade no trabalho pode soar um pouco estranho em pleno século vinte um, onde as conquistas trabalhistas e dignidade no trabalho espera-se ter chegado em todos os setores onde há trabalho. Porém a presente pesquisa coloca como pergunta fundamental: A que condições os trabalhadores do agronegócio no Brasil estão expostos? Pela contraposição questionada inicialmente sugere-se que as condições destes trabalhadores se encontram precárias, porém, seria apenas um caso pontual em meio a uma produção realmente sustentável? Em meio uma forma de economia que visa melhorar as condições de vida dos trabalhadores? Que visa garantir acesso a serviços que possam garantir sua dignidade como trabalhadores?

Partimos do pressuposto de trabalho como condição designada para a vida humana (Marx, 1983), e que essa condição cria meios do homem transformar a natureza e realizar-se como um ser-humano. Os artigos explorados no presente trabalho propõem expor a realidade vivida pelos trabalhadores rurais em diversas regiões do país onde o agronegócio se instalou, uma realidade explorada, precária e indigna de condição humana, para exemplificar a afirmação de exploração, o artigo de Pessoa e Rigotto (2012, Rev. bras. Saúde ocup., São Paulo, 37 (125): 65-77, p. 66) começa com a seguinte fala dos trabalhadores de seu grupo de pesquisa: “[...] as pessoas que vêm de fora exploram a nossa situação sem limite, sem nenhuma responsabilidade, e hoje nós estamos sofrendo[...]”. Assim colocado, conseguimos discorrer como se dá a forma de exploração pelo agronegócio. Exploram sem limites, sem responsabilidades e quem mais sofre nessa forma de exploração, não somente

do trabalho, mas também dos recursos naturais são os trabalhadores deste complexo que assim como disseram estão sofrendo.

Trabalhamos com categorias retiradas dos artigos e assim partimos para análise de cada uma delas. Na primeira categoria, analisamos o modelo proposto de agronegócio a partir da definição proposta por Fernandes(2008), “um complexo que abrange agricultura, comércio, indústria e finanças”. Assim discutimos as transformações que esse impõe nas formas de produção, incentivando a monocultura e usando a terra como fonte inesgotável de produção.

Em uma segunda categoria, avaliamos o uso dos agrotóxicos e seus agravos a saúde do trabalhador, pode-se perceber que o uso nesta forma de exploração do trabalho e da terra é feita de maneira indiscriminada e que hoje o Brasil ocupa a primeira colocação de país que mais se usa defensores químicos na agricultura, alguns até mesmo proibidos nos EUA e Europa.

Na terceira categoria, levantamos as condições de moradia e as relações com o trabalho, não somente avaliamos as condições em que vivem mais também analisamos as condições de alimentação que as empresas, principalmente canaveira, ofertam para seus trabalhadores. Mostraram-se precárias as situações das “republicas” e uma alimentação rica em gorduras, pobre em nutrientes, pobre em variedade, lugar inadequado para seu consumo e geralmente o consumo era feito com a alimentação já fria.

Na quarta categoria, traçamos um paralelo entre o capitalismo e o agronegócio, discutimos o conceito de trabalho e como esse se dá no agronegócio e as condições de trabalho que oferece aos trabalhadores e formas de exploração da mão – de – obra.

Na quinta categoria, foi a partir de uma palavra recorrente, entre as falas dos entrevistados nos artigos usados de referência, onde colocavam o palavra sobrevivência, ao falarem do por que iam trabalhar para o agronegócio mesmo sabendo das condições que iriam encontrar.

Na sexta e última categoria, analisamos o papel do estado em garantir direitos para a população. Levantamos as políticas voltadas para o trabalhador rural e concluímos que apesar de existirem, a inequidade nas ações voltadas para a saúde mostrou um enfraquecimento por parte do estado.

O presente trabalho teve como objetivo mostrar duas realidades presentes no modelo atual de produção agrícola e como esse tem avançado e transformado as vidas dos trabalhadores. Um sistema que tem seu produto final (soja, etanol, açúcar, frutas) destaque no mercado internacional, e como mostrado anteriormente, representa 36% do PIB nacional e em outra realidade um trabalhador que sofre por falta de condições dignas de trabalho a margem do processo capitalista.

O agronegócio cada vez mais tem expandido suas fronteiras agrícolas e modificado as relações de trabalho, de vida e cultura das cidades onde o modelo se tornou hegemônico. Esse tipo de produção não apenas modifica o modo de produzir na agricultura e na pecuária, ele produz novos meios de vida, novas relações com a produção, impactos com o meio ambiente e impactos no cotidiano das pessoas que dele precisam.

Porém, como no artigo: “Aqui ninguém domina ninguém: sentidos do trabalho e produção de saúde para trabalhadores de assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.” De Santos e Hennington (2013), existe um modelo de resistência a essa hegemonia imposta na vida dos trabalhadores, um forma de produção baseado na agricultura familiar ou agroecologia que visa, mesmo comercializando seus produtos, a subsistência. Outra forma de relação com a terra, com o produto produzido, outra relação de trabalho, baseado na cooperação e sim uma exploração sustentável da natureza e seus recursos.

O princípio de equidade, presente nas diretrizes do SUS, que citamos no início do trabalho remete a justiça social, de ter ações em saúde assim como estratégias para garantir atendimento a quem mais precisa. No que se refere no âmbito do trabalho rural e no discorrer do presente trabalho, notamos iniquidade por parte do estado em produzir ações que visam melhorar as condições de

trabalho e assim as condições de saúde dos trabalhadores do agronegócio brasileiro. Ações especificamente produzidas para essa classe trabalhadora que, a partir dos artigos, estão em situação de extrema vulnerabilidade por estarem em seu ambiente de trabalho convivendo com riscos à sua saúde (manejo de agrotóxicos, radiação solar, trabalho exaustivo), aparentam não existir ou serem ineficazes.

## VI - REFERÊNCIAS

ALVES, F. A mecanização do corte de cana e o movimento dos trabalhadores Assalariados Volantes na região de Ribeirão Preto: algumas reflexões. Cadernos de Engenharia de produção, DEP/UFSCar, ano v, n. 12, pp.18-48, 1989.

ALVES, F. Migração de Trabalhadores Rurais do Maranhão e Piauí para o corte de Cana em São Paulo: Será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia do Complexo Agroindustrial Canavieiro? Em *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)* / São Carlos: EdUFSCar, 2007. 314p, pp 21-54.

CORREA-FILHO, Heleno Rodrigues; ZANGIROLANI, Luz Lia Thieme Oikawa ; VILELA, Rodolfo Andrade de. Consumo alimentar e condições de trabalho no corte manual de cana de açúcar no estado de São Paulo. Saúde Soc. São Paulo, v.23, n.4, p.1316-1328, 2014.

DEJOURS, C. A banalização da injustiça Social. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora: FGV,2007, 158 p.

FERNANDES, B. M. Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FURTADO, Odair. Trabalho e solidariedade. São Paulo: Cortez, 2011,- (Construindo o compromisso social da psicologia)

GOMES, José Agnaldo. Do trabalho penoso à dignidade no trabalho: o itinerário de canavieiros no enfoque da psicologia do trabalho/José Agnaldo Gomes. – Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2012.

GALIANO, André de Mello; VETORASSI, Andrea; NAVARRO, Vera Lucia. Trabalho, saúde e migração nos canaviais da região de Ribeirão Preto (SP),

Brasil: o que percebem e sentem os jovens trabalhadores? Rev. bras. Saúde ocup. São Paulo, 37 (125): 51-64, 2012.

GONÇALVES, Maria da Graça M. Psicologia e políticas públicas [livro eletrônico] / Maria da Graça M. Gonçalves. – 1. Ed. – São Paulo: Cortez, 2013. – (coleção construindo o compromisso social da psicologia/coordenadora Ana Mercês Bahia Bock)

GLOBO. *Portal G1*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto/franca/agrishow/2014/noticia/2014/05/com-crise-no-setor-sucroalcooleiro-agrishow-repete-faturamento-em-2014.html>>. Acesso em: 02 de jun. 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento. *Censo Agropecuário 2006*. Disponível em:<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil\\_2006/Brasil\\_censoagro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf)>. acesso em: 02 de jun. 2015.

FIOCRUZ. Ministério da Saúde. *PENSESUS*. Disponível em: <<http://pensesus.fiocruz.br/equidade>>. Acesso em: 02 de jun. 2015.

FIOCRUZ. Ministério da Saúde. *PENSESUS*. Disponível em:<<http://pensesus.fiocruz.br/atencao-basica>>. Acesso em: 02 de jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura. *Plano Safra 2014/2015*. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/pap>>. Acesso em: 02 de jun. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Plano Safra Agricultura Familiar 2014/2015*. Disponível em:<[http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user\\_arquivos\\_278/cartilha\\_0.pdf](http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user_arquivos_278/cartilha_0.pdf)>. Acesso em: 02 de jun. 2015.

GLOBO. *Portal G1*. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2014/09/mpt-flagra-cortadores-de-cana-em-situacao-de-escravidao-em-bauru.html>. > Acesso em: 02 de jun. 2015.

HELOANI, J.R. *Organização do trabalho e administração: uma visão Multidisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994.

IANNI, O. (1979). *Ditadura e Agricultura*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

LACAZ, Francisco Antônio de Castro; NASRALA NETO, Elias; PIGNATI, Wanderlei Antônio. *Vigilância em saúde e agronegócio: os impactos dos agrotóxicos na saúde e no ambiente. Perigo à vista! Ciência & Saúde Coletiva*, 19(12):4709-4718, 2014.

LEITE, Magna Dias *Vigilância em saúde do trabalhador e participação social em Lagoa da Confusão (TO): o agronegócio em questão.* / Magna Dias Leite. -- 2014.86 f.

MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*, v. 1, livro primeiro, p. 149-163. São Paulo: Abril, 1983. (N. E)

MERLO, Álvaro Roberto Crespo; BOTTEGA, Carla Garcia; PEREZ, Karine Vanessa org. *Atenção ao sofrimento e ao adoecimento psíquico do trabalhador e da trabalhadora : cartilha para profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS* /.; il. BIER, Augusto Franke – Porto Alegre : Evangraf, 2014. 28 p.; il. Color. ISBN: 978-85-7727-652-3).

MORAES, Maria Silva; LOPES, Jose Carlos Cacau; PRIULI, Roseana Mara Aredes. *Questões socioeconômicas, laborais e de saúde na cadeia produtiva do agronegócio da cana-de-açúcar na região do Noroeste Paulista. Saúde Soc. São Paulo*, v.22, n.3, p.673-686, 2013

NOVAES, J. R. *Modernização, relações de trabalho e poder: um estudo das transformações na agroindústria canavieira no Nordeste*. 1993. Tese (Doutorado) – IE/Unicamp, Campinas.

PEQUENO MARINHO, A. M. C. *Contextos e contornos da modernização agrícola em municípios do baixo Jaguaribe-Ce: o espelho do (des)envolvimento*

e seus reflexos na saúde, trabalho e ambiente [tese de doutorado] São Paulo. Faculdade de Saúde Pública da USP; DINTER;2010.

PESSOA, Vanira Matos; RIGOTTO; Raquel Maria. Agronegócio: geração de desigualdades sociais, impactos no modo de vida e novas necessidades de saúde nos trabalhadores rurais. Rev. bras. Saúde ocup. São Paulo, 37 (125): 65-77, 2012.

PIGNATI, Marta Gislene; VASCONCELLOS, Marly Cerqueira; PIGNATI, Wanderley Antonio. Emprego e Acidentes de Trabalho na Indústria Frigorífica em Áreas de Expansão do Agronegócio, Mato Grosso, Brasil. Saúde Soc. São Paulo, v.18, n.4, p.662-672, 2009.

RIGOTO, R. M.; AUGUSTO, L. G. S. Seminário sobre saúde ambiental e saúde do trabalhador e suas interfaces com o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. 2007. Disponível em: [http://www.justicaambiental.org.br/\\_justicaambiental/pagina.php?id=1770](http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=1770). Acesso em: 10 fev. 2010.

RIGOTTO, Raquel Maria, et al. O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola. Ciência & Saúde Coletiva, 17(6):1533-1542, 2012.

SANTOS, Júlio César; HENNINGTON, Elida Azevedo. Aqui ninguém domina ninguém: sentidos do trabalho e produção de saúde para Trabalhadores de assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 29(8):1595-1604, ago. 2013.

SILVA, M. A. M. Trabalho e trabalhadoras na região do “mar de cana e rio de álcool”. In: Funda Centro. (org.). Trabalhadores canavieiros: educação, direito, trabalho. São Paulo: Dep. Engenharia de Produção, Ciências Sociais e Psicologia da UFSCar, Instituto de Economia da UFRJ, Federação dos Empregados Assalariados Rurais do Estado de São Paulo, 2004.

SILVA, M. S. & Barros, V. A. (2014). Saberes sobre o Trabalho: experiência e história nos canaviais. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 440-448